

Interfaces e transformações de práticas e conhecimentos
na agricultura: um ensaio bibliográfico sobre a
emergência das novidades

Monique Medeiros¹

Flávia Charão Marques²

Resumo

A história da agricultura é marcada pela produção de novidades, na qual os agricultores transformam conhecimentos e combinam criativamente fatores de produção. A homogeneização técnica pretendida pela modernização da agricultura, bem representada pelas diretrizes da chamada Revolução Verde, tem sido associada à consequências negativas do ponto de vista socioambiental nos espaços rurais. No entanto, propostas recentes, que objetivam imprimir novas dinâmicas a processos de desenvolvimento rural, vêm sendo construídas em oposição às ideias difusionistas convencionais. Com isto, têm ganhado espaço propostas e projetos que enfatizam a necessidade de valorização dos conhecimentos locais. Neste âmbito, considera-se que mudanças e inovações estão ocorrendo constantemente e são potencialmente motivadoras para um

¹ Mestranda em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço eletrônico: mmedeiros@ymail.com

² Doutora em Desenvolvimento Rural, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS. Endereço eletrônico: flavia.marques@ufrgs.br

ativo processo de produção de novidades, no qual são fundamentais a localidade e a ação de múltiplos atores. Alicerçado nessas ideias e à luz de um debate teórico recente, esse artigo traz a reflexão de distintos autores acerca da dimensão teórica do debate sobre a ação de transformação de práticas e geração de conhecimentos a elas associadas.

Palavras-chave: *produção de novidades, conhecimento local, agricultura.*

Abstract

The history of agriculture is marked by 'novelty production', in which farmers creatively combine knowledge and factors of production. The homogenization technique intended for the modernization of agriculture and represented by the guidelines of the so-called 'Green Revolution', has been associated with negative consequences in social-environmental terms in rural areas. However, recent proposals that aim to set new dynamic processes of development, have been constructed in opposition to conventional diffusionist ideas. With this, proposals and projects that emphasize the need for development of local knowledge have been advancing. In this context, it is considered that changes and innovations are constantly occurring and could be very motivating for an active process of "Novelty Production", in which the location and action of multiple actors are fundamental. Grounded in these ideas and in the light of a recent theoretical discussion, this paper brings a reflection by different authors on the theoretical dimension of the debate on the effect of transforming practices and generating knowledge related to them.

Keywords: *Novelty production, Local knowledge, agriculture.*

Entre o assunto e o tema

A transformação dos conhecimentos dos agricultores familiares em virtude da homogeneização técnica proposta pelas diretrizes orientadoras da “Revolução Verde³” tem sido identificada entre as várias

³ Revolução Verde refere-se a um período de invenção e disseminação de novas técnicas e práticas que permitiram um aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos. No Brasil, algumas políticas de Estado favoreceram o avanço desse processo modernizante causador de desigualdades

sequelas oriundas do período que compreende as décadas de 1960 e 1970. Tal acontecimento resulta, até os dias atuais, em consequências que permeiam todas as fases do desenvolvimento rural.

O pacote tecnológico agrícola, criado durante a Revolução Verde foi formulado em centros de pesquisa onde as prioridades eram definidas sob a influência de interesses das corporações e do setor agroindustrial, privilegiando métodos cujos critérios de validade restringiram-se a situações de laboratório (ALMEIDA; NAVARRO, 1997). Por sua vez, a extensão rural passou a ter como base a educação das populações rurais de forma a possibilitar a transformação dos conhecimentos locais⁴, a fim de que estas aderissem ao pacote tecnológico em questão.

Como contraponto às ideias caracterizadas por esta difusão “de cima para baixo”, nas últimas décadas tem proliferado e ganhado consenso uma retórica que enfatiza a necessidade de valorização dos conhecimentos locais. Estas mudanças, nem sempre consensuais, podem ser verificadas nos campos das ciências sociais e agrárias, assim como na ação de diversas entidades ligadas ao desenvolvimento rural (organizações governamentais e não governamentais e agências de fomento ou de financiamento internacional) (GUIVANT, 2002).

A retórica se afirma com o repensar do papel de agricultores familiares, tanto na pesquisa quanto na extensão rural, especialmente no sentido de entender que os agricultores familiares também possuem iniciativas, algumas vezes autônomas e resistentes aos projetos de desenvolvimento rural que lhes chegam por intermédio de ações de mediação social⁵, que

sociais e regionais, podendo ser interpretado como um processo de “modernização conservadora” (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

⁴ Neste texto, o termo conhecimento local é utilizado como sinônimo de conhecimento artesanal ou saber-fazer que populações de uma determinada localidade detêm sobre práticas e técnicas de ajustamento mútuo de fatores (físicos, econômicos, sociais, culturais), através da coordenação de tarefas e subtarefas, desempenhadas a fim de enfrentar as situações impostas pelo cotidiano.

⁵ Nesta pesquisa, mediação social é aludida a uma ação de fundamentação intervencionista, constituída por múltiplos processos de negociação entre mediador e mediado, o que remete à conciliação diante de divergências ou da intervenção de outrem com o objetivo de reduzir a desarmonia entre visões de mundo e promover um diálogo entre elas (NEVES, 1998).

acabam por incidir diretamente na configuração do espaço social e material, provocando readaptações, recriações e transformações no espaço rural.

Técnicos e agricultores nos processos de relação entre “tecnociência”⁶ e conhecimentos e práticas locais – processos que podem ser denominados de “situações de interface”, definidas como pontos críticos de intersecção entre diferentes sistemas, campos ou domínios sociais, nos quais tendem a encontrar discontinuidades segundo diferenças de valores e interesses (LONG & PLOEG, 1989) – estabelecem negociações e adaptações de significados entre si, gerando um conhecimento resultante de acomodações entre os diferentes “mundos” dos atores envolvidos.

Nessas inter-relações que ocorrem constantemente, gerando transformações de práticas e conhecimentos no espaço rural, adquire espaço o processo de produção de novidades.

O termo-chave produção de novidade (Novelty Production) foi proposto a partir da necessidade de particularizar ou evidenciar fenômenos inovadores em curso nos espaços rurais. Uma novidade pode ser entendida como uma modificação ou uma quebra em rotinas existentes, assim como pode consistir em uma nova prática ou modo de fazer, presumivelmente com potencial para promover melhorias nas rotinas existentes (PLOEG *et al.*, 2004).

As práticas relacionadas à agricultura são extremamente dependentes de fatores limitantes e, em alguns casos, até mesmo limitados. Em função disso, agricultores estão continuamente procurando resolver a limitação de algum fator, através de cuidadosos ciclos de observação, de reorganização e de avaliação. Estes ciclos são processos que podem vir a originar as “novidades”, não raro a partir da experimentação prévia (PLOEG *et al. apud.* MARQUES, 2009).

⁶ Conceito utilizado na comunidade interdisciplinar de estudos de ciência e tecnologia para designar o contexto social e tecnológico da ciência. Indica que o conhecimento científico não é somente socialmente codificado, mas sustentado e tornado durável por redes materiais nãohumanas. Este termo "tecnociência" foi criado pelo filósofo belga Gilbert Hottois em fins dos anos 1970 e é bem usual nos textos do filósofo francês Bruno Latour.

Desta maneira, a produção de novidades é, na agricultura, um processo localizado, temporal, dependente do meio e, inclusive, dos repertórios culturais nos quais a organização do trabalho está envolvida.

Com base nessas ideias e à luz de um debate teórico recente, este artigo traz a reflexão de distintos autores acerca da dimensão teórica do debate sobre a ação de transformação de práticas e geração de conhecimentos a elas associadas.

O local e o técnico-científico

Em torno das ações de desenvolvimento, neste caso especificamente falando em desenvolvimento rural, de acordo com Sardan (1995), dois mundos entram em contato, dotados de culturas, universos de significações e sentidos distintos, onde as duas configurações de representações opostas se confrontam. De um lado, há a configuração de representações dos destinatários, as populações-alvo; de outro, há a configuração de representações das instituições de desenvolvimento e seus operadores.

Através das tentativas de transferência de saber-fazer, estes dois conjuntos de significações entram em relação, gerando um confronto entre os conhecimentos técnicos (provenientes de um sistema de conhecimentos originados da tecnociência) e os conhecimentos locais, podendo estes ser técnicos ou não.

Os conhecimentos técnicos locais constituem estoques de conhecimento pragmáticos, operacionais para os produtores rurais, que cobrem todos os domínios da prática social: da gestão à pedologia, da climatologia à saúde etc. (SARDAN, 1995).

As racionalidades em que se baseiam os conhecimentos técnicos locais são variáveis, envolvendo desde técnicas à magia e religião. Tais conhecimentos são subjazidos por procedimentos locais fundamentalmente pragmáticos, o que se pode observar, por exemplo, na agricultura, onde o caráter “técnico” das racionalidades populares foi desde muito evidenciado, já que a maioria dos sistemas de produção

locais foi gerada adaptando-se às dificuldades do meio, e até mesmo transpondo-as.

Os conhecimentos técnicos locais permitem interpretar as práticas e torná-las significantes, para isto são variáveis, múltiplos, heterogêneos e desigualmente distribuídos, segundo o sexo, a idade, o estatuto, o meio social próximo e a trajetória pessoal.

Como analisa Sardan (1995), tais conhecimentos se transformam e evoluem, não sendo, por conseguinte, somente “tradicionais”: incorporam aquisições de contatos anteriores tanto com os produtores vizinhos como com os conhecimentos técnico-científicos. Contrário à ideia de que conhecimentos locais são equivalentes à tradição e à rotina, destaca-se, frequentemente, o caráter de inovação destes.

Esse dinamismo de conhecimentos não se refere somente ao meio natural, mas também ao meio social, aos poderes políticos locais, ao saber-fazer adquirido em instituições de desenvolvimento e “projetos” que intervêm no local.

Podendo o conhecimento local também ser técnico, algumas das numerosas características que o diferenciam do conhecimento técnico-científico referem-se ao fato de que os conhecimentos técnicos locais são localizados, contextualizados, empíricos, enquanto os conhecimentos técnico-científicos são uniformizados e formalizados. Além disso, os conhecimentos técnicos locais são aplicados pelos próprios agricultores, enquanto que os conhecimentos técnico-científicos são difundidos pelos mediadores sociais para as populações locais, que na maioria das vezes, não utilizarão tal conhecimento como lhes foi transmitido.

É importante destacar que durante os processos de contato e interação desses conhecimentos, por intermédio de projetos e programas voltados ao espaço rural, esses saberes heterogeneizam-se. Diversos elementos se conectam neste processo através do qual os atores geram novas informações a partir de seus repertórios cognitivos.

Não se pretende aqui dizer que a interação de ambos os conhecimentos gere um terceiro conhecimento, e, sim, que essa relação dinâmica, proporcionada por situações de interface, faz com que esses conhecimentos sejam reconstruídos socialmente em um encontro de horizontes entre diferentes atores específicos.

Nessas situações de interface os atores locais podem ter espaço de manobra e capacidade de negociação, que criam não somente situações de conflito e confronto entre diferentes tipos de estilos de vida, instituições e diversos interesses econômicos, mas também pontes que possibilitam diversos graus de acomodação (GUIVANT, 1997).

Considerando, então, que os conhecimentos são transformados dessa maneira, a tarefa de estabelecer delimitações sociais rígidas a estes torna-se árdua e inválida, já que esta distinção é vista como problemática pois os atores, dotados de conhecimentos, têm capacidade de criatividade e experimentação, como também habilidades de continuamente absorver e retrabalhar ideias e tecnologias, de forma que passa a ser impossível caracterizar um elemento particular como pertencendo à ciência dos agricultores, dos técnicos ou dos cientistas.

Portanto, “o encontro entre diferentes corpos de conhecimento envolve a transformação ou a tradução de conhecimentos existentes e a fusão dos horizontes, isto é, a criação conjunta de conhecimentos e a interpenetração da vida e dos projetos de agricultores, extensionistas, planejadores, cientistas, políticos etc.” (LONG & PLOEG, 1994, p. 83).

Uma ainda incipiente, porém, significativa contribuição de estudos realizados, baseados principalmente na antropologia e sociologia do conhecimento, foi o rompimento da demarcação rígida que se supunha existir entre o conhecimento "verdadeiro", científico, e o conhecimento local, não científico, por vezes tratado como ingênuo ou errôneo. O que se sabe, hoje, é que nem o conhecimento intitulado científico é tão seguro e verdadeiro, nem o conhecimento local é necessariamente errôneo. O conhecimento científico pode insurgir através de tentativas e erros, e as pessoas e civilizações sobreviveram e ainda sobrevivem à custa de conhecimentos práticos e tradições acumuladas ao longo do tempo, sem uma base dita 'científica'. Porém, apesar desse esforço, de algumas ciências, em visualizar o conhecimento de maneira não dicotômica (correto e errado), atribuindo valor e reconhecimento ao conhecimento local, é necessário dizer que, para algumas populações locais, o acesso a, políticas públicas, mercados alternativos para seus produtos, dentre outros benefícios, só é alcançado por meio da legitimação sociopolítica do seu saber-fazer, atribuída pelo respaldo da tecnociência.

Entre modernização e desenvolvimento: processos, políticas e reducionismos

Na década de 1960, a via de desenvolvimento proposta ao Terceiro Mundo foi tomada emprestada daquela via seguida pelas nações ocidentais, hoje consideradas ricas ou avançadas industrialmente. Aos países mais pobres, para se tornarem também ricos e avançados, era preciso imitar o processo de industrialização desenvolvido nos países ocidentais (ALMEIDA, 1997).

A questão, então, era encontrar a forma de realizar-se a transferência desse processo dos países avançados para os menos avançados. Tal questão acabou cedendo lugar a diversas teorias as quais não mostraram na prática real eficácia.

De modo geral, as teorias desenvolvimentistas, quer sejam (neo)liberais ou marxistas, inspiram-se nas sociedades ocidentais para propor modelos para o conjunto do mundo. O que parece emergir como verdade suprema desta visão de desenvolvimento pode ser sintetizado como etapas que partem do desenvolvimento técnico-científico, passam pelo desenvolvimento socioeconômico, atingindo o progresso e crescimento (ALMEIDA, 1997).

O desenvolvimento visto como um bem para todos os lugares foi pensado e aplicado de maneira uniformizante, resultando em ofuscamento das expressões e das originalidades locais construídas por características singulares de cada povo e cultura.

Muitas vezes a ideia de desenvolvimento é reduzida unicamente à modernização e, como consequência disso, os países do Terceiro Mundo são julgados à luz dos padrões dos países desenvolvidos, todos de precoce modernização.

Para Almeida,

A fronteira entre modernização e desenvolvimento foi na verdade sempre pouco clara. A primeira indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; o segundo se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar

sua sociedade. A modernização é um *processo* e o desenvolvimento uma *política*. A idéia de desenvolvimento induz ao conhecimento de vias sinuosas e múltiplas da modernidade (1997, p. 37).

No espaço rural, especificamente referindo-se à agricultura, verifica-se como consequência do processo de “modernização”, o deslocamento dos distintos fatores de produção que constituem a localidade e a diversidade. Dessa forma, a agricultura se torna desconectada daqueles elementos estruturantes que inicialmente introduziram sua especificidade (PLOEG et al., 2004).

A busca de produtividade e eficiência pela combinação do aumento de escala e aplicação de tecnologias modernas balizadas pela “inovadora” ciência agrícola passou a ser fator primordial para agricultores, mediadores sociais, políticas públicas, ou seja, para os atores relacionados à promoção de um desenvolvimento rural guiado por estes ideais modernos. Estes atores, nos esforços de integrarem-se rapidamente ao mercado, acabaram por depender da compra de insumos para viabilizar seus modernos processos de produção.

Entretanto, como evidenciam Arce e Long,

[as] pessoas não experienciam a chegada da modernidade como uma desintegração dos seus velhos mundos, marcados por um estabelecimento de um novo e puro código de comunicação e racionalidade não problemático. Ao contrário, elas visualizam a realidade como feita de misturas das experiências imaginadas e realizadas que justapõem e inter-relacionam diferentes materialidades e tipos de agência, que envolvem noções associadas com aspectos de ambas, “modernidade” e “tradição” (2000, p. 14).

Sendo assim, ressalta-se que as modificações introduzidas pela modernização da agricultura, reconhecendo-se seu movimento uniformizador, acabaram, também, por abrir precedentes ao incremento da diversidade no espaço rural. Diversidade esta que, ao abranger um grande leque de especificidades locais (desde cultura a elementos

naturais), implica grandes dificuldades na implementação de políticas públicas no rural, como, por exemplo, a política de assistência técnica e extensão rural, assunto que será desenvolvido no item seguinte.

Mediação social e situações de interface

A assistência técnica e extensão rural no contexto brasileiro surgiu na década de 1940 e intensificou-se nas décadas de 1960 e 1970 com a “modernização conservadora”⁷. Dentro desse processo ela foi desenvolvida como um projeto educativo para o capital. Mesmo que por alguns momentos ela tenha se aproximado dos agricultores familiares, seu foco principal foi a questão tecnológica baseada na especialização, no uso de insumos não renováveis e de máquinas agrícolas, criando laços de dependência cada vez mais fortes entre agricultores e mercado (FONSECA, 1985).

Durante a modernização da agricultura brasileira, a extensão rural tinha um comprometimento maior com aqueles agricultores que lhe dessem um retorno imediato, no sentido de adoção de tecnologias, restando aos agricultores que não tinham condições para tal uma política assistencialista.

Muitos técnicos, envolvidos com extensão rural, tiveram papel fundamental na difusão das tecnologias voltadas a esta modernização. Na reprodução do conhecimento técnico-científico, baseando-se nos padrões que vieram com a modernidade e trabalhando de forma assistencialista, acabaram por desconsiderar trajetórias, experiências e conhecimentos dos agricultores com os quais trabalhavam.

⁷ Graziano da Silva (1982) denominou a modernização da agricultura brasileira de modernização dolorosa, também denominada por outros autores de modernização conservadora. Este processo foi caracterizado por uma reestruturação produtiva sem alterações na estrutura fundiária, em espaços agrários concentrados, especializados em atividades intensivas de capital, sob o forte apoio do Estado e socialmente seletiva, ou seja, se modernizou o campo e se conservou a estrutura fundiária concentrada.

Diante desta realidade, a demanda primordial gerada pelos agricultores familiares locais foi por reformulações, principalmente em construções e desenvolvimento de ações voltadas à assistência técnica e extensão rural, de maneira a fazer com que estas considerassem a diversidade das populações rurais, partindo do princípio de que a maioria das organizações que trabalhavam com desenvolvimento no espaço rural formava o mediador social⁸ para a missão de porta-voz dos conhecimentos técnico-científicos, esquecendo, ou ocultando, a tarefa de conhecer a diversidade do espaço rural, compreender e inter-relacionar os diferentes saberes, funções inerentes ao exercício de mediação social.

É importante ressaltar que o termo mediação social abarca ações de indivíduos dotados de posição ou função, segundo atribuições definidas em específicos campos de significação e investimentos na construção de interdependências entre o pontual e o universal. Ele realça as condições de interconexão tanto entre segmentos como universos sociais, aqui, em especial, universo de extensionistas rurais, e de agricultores, intervindo na reordenação e transformação da vida social (NEVES, 2008).

Ao contribuir intencionalmente na transformação da vida social, a mediação social pode ser também técnica e abranger modalidades de prestação de serviços, ou, processos de intervenção social e técnica, assim como ocorre em algumas organizações que trabalham com assistência técnica e extensão rural.

Nesta função de abarcar processos de intervenção, a mediação social equivale à institucionalização de um sistema de regras destinadas a assegurar a hegemonia de uma ordem consagrada ou em busca de consagração. Contempla fenômenos cuja objetividade põe em jogo interações sociais que agregam redes de interseção, interesses e conflitos, como foi o caso do processo de negociação entre agricultores e mediadores sociais, para a reformulação de políticas e de ações voltadas

⁸ Como exemplos de mediadores sociais, pode-se citar: representantes de organizações não governamentais (ONGs), associações de agricultores, instituições de extensão rural e pesquisa tecnológica, empresas, universidades, igreja, Emater, Embrapa, sindicatos, líderes comunitários etc. (DEPPONTI & ALMEIDA, 2008).

ao desenvolvimento rural, que considerassem as diversidades desse espaço (NEVES, 2008).⁹

É fato que os mediadores sociais convivem constantemente com a gestão de conflitos, visto que o espaço rural e agrícola é o resultado de frequentes negociações entre os atores envolvidos nos processos de mediação social.

Este processo de negociação coloca em destaque as iniciativas desses agricultores, que, muitas vezes ofensivas e autônomas, permitiram, e ainda permitem, reconfigurar o espaço social e material, provocando readaptações, recriações e transformações, inclusive no próprio processo de mediação social que lhes envolve.

As estratégias adotadas pelos agricultores no intuito de solucionar problemas relacionados à produção, desde condições ecológicas e demográficas, até condições econômicas e políticas, combinam diversas formas de domínio social, como família, mercado, Estado e instituições (LONG, 2001).

Os mediadores sociais, ao passarem aos agricultores instrumentos para que estes possam construir uma visão de mundo própria, passam também a sua visão de mundo, porém, o que vale ressaltar é que como prioridade está a preferência de valores, conhecimento disponível, recursos e relacionamentos como fatores-chave que direcionam as estratégias dos agricultores familiares. Sendo assim, através da reivindicação desses agricultores por mudanças na forma com que suas necessidades são atendidas e da iniciativa de algumas organizações que trabalham com ideais de desenvolvimento rural pautadas em formas sustentáveis de agricultura, pouco a pouco, pode surgir uma forma de trabalhar-se com as questões do espaço rural alternativa àquelas voltadas à produção e preocupadas somente em atender aos padrões tecnicistas influenciados pela modernização.

⁹ Desta maneira, é possível verificar que a mediação social faz-se necessária em todas as partes do processo de intervenção (LONG, 2007), assim como a intervenção, seja ela social ou técnica, muitas vezes está imbricada às práticas de mediação social.

Neste sentido, para tornar-se eficaz, a análise do processo de mediação social deve considerar a distinção dos atores envolvidos, suas identidades, interesses e perspectivas, bem como o espaço onde se constroem as relações dos envolvidos, compreendendo as diferentes interpretações de mundo por eles atribuídas (LONG, 2007).

Como esteios à finalidade de compreender tal complexidade das populações rurais, são trazidos à discussão alguns estudos elucidativos da distinção de mundos de vida presentes em situações de interseção de mundos sociais. A noção de interface utilizada por Long e Ploeg (1989) caracteriza os diversos tipos culturais e organizacionais que são reproduzidos e transformados no contato entre os “mundos” envolvidos no processo de mediação social.

Esta noção é uma interessante ferramenta na exploração e entendimento de problemas de diversidade social e cultural, e de conflitos inerentes aos processos que envolvem intervenções externas. A interface identifica-se como contato face a face entre indivíduos com diferentes interesses, recursos e poderes. Tais contatos são assuntos centrais na compreensão da implementação das políticas de desenvolvimento rural (LONG, 1988; 2001).

A utilização da noção de interface pode ser empregada, por exemplo, na análise de práticas de extensão rural, através da qual o extensionista depara-se com o conflito entre os seus próprios interesses, os interesses do grupo assistido e os interesses da instituição a qual pertence. Devido aos interesses e objetivos muitas vezes incongruentes, o que ocorre na situação de interface, entre o extensionista e o agricultor, é a possibilidade de transformações nas percepções e metas de ambos.

Essas transformações que ocorrem nas vidas desses diferentes atores promovem a construção de um conhecimento misto, heterogêneo, o qual não se apresenta de maneira que possa ser mensurado em termos qualitativos ou quantitativos. Este conhecimento envolve lutas entre atores na tentativa de envolver outros em seus projetos (LONG, 2001).

Com objetivo de entender o processo de transformação, desde a internalização até a reconstrução dos conhecimentos, alguns pesquisadores realizam estudos e análises das práticas da vida social cotidiana, envolvendo as estratégias dos atores, as manobras, os

discursos, as lutas e as identidades. Tal prática exige também a compreensão da multiplicidade dos atores envolvidos, da diversidade das fontes, dos tipos de conhecimento e das informações disponíveis, que posteriormente, através de tentativas e acertos, poderão dar origem aos denominados projetos heterogêneos.

Agência, domínios e arenas na concepção de “projetos heterogêneos”

A noção de “agência”¹⁰ permite a compreensão do desenvolvimento de formas sociais diferentes dentro de condições idênticas ou circunstâncias semelhantes, se constituindo, juntamente com domínios, arenas e projetos, no *cerne* da Perspectiva Orientada ao Ator¹¹, a qual é tida como sustentação teórica deste artigo. Inicia-se com o delineamento da ideia de agência, que é a capacidade do ator de conhecer e perceber com as experiências, suas e de outros, considerando também o poder da reflexividade na interpretação e na internalização. É a capacidade de controlar habilidades relevantes e o acesso aos recursos materiais e não materiais (LONG, 2001).

A agência está relacionada à capacidade de fazer as coisas e não somente à intenção. Essa aptidão está comprometida com as práticas de organização social, nunca sendo centrada no indivíduo-ego. Os atores manifestam a sua agência na rede de relações, sendo uma capacidade exercitada na relação social. Esse processo se forma nas práticas

¹⁰ Um dos primeiros autores a tratar sobre esta noção foi Anthony Giddens (1984).

¹¹ A Perspectiva Orientada ao Ator foi processada por Norman Long e posteriormente desenvolvida por Jan Douwe Van der Ploeg e outros autores, no sentido de avaliar as vantagens e os limites analíticos no estudo de processos de formação da diversidade (emergência de processos de construção social de novos sistemas de produção em uma determinada localidade) no espaço rural. A opção do caminho analítico foi através da análise dos conceitos-chave da perspectiva, os quais tratam sobre as noções de “agência” do atores sociais, “domínios” enquanto áreas da vida social, “arenas” no sentido de espaços de interface dos atores e projetos como conjuntos de práticas sociais.

organizativas, tendo seus limites demarcados por convenções sociais, valores e relações de poder (LONG, 2001).

Os indivíduos e grupos têm intenções e podem estar cientes da razão que os levam às práticas sociais. Dessa forma, os atores podem ser reflexivos, tendo a capacidade consciente de refletir sobre suas escolhas, em suma, a possibilidade de entender o que fazem enquanto fazem (GIDDENS, 1989).

Os atores são detentores de conhecimento e capacidade, mesmo possuindo limites no acesso às informações e restrições físicas, normativas e político econômicas. Os atores atuam no fluxo de eventos sociais em seu entorno, procurando resolver problemas montando para isso estratégias através da observação da reação do comportamento dos outros atores (GIDDENS, 1989). A construção realizada pelos atores assenta-se em uma perspectiva de realidade múltipla que intercambia experiências e cultura.

A habilidade de agência requer organização e capacidade organizativa ou estratégica, a qual permite ao ator exercer influência dentro de redes¹² de relações sociais (GUIVANT, 2002).

Em termos gerais, a noção de agência atribui ao ator (individual ou grupo social) a capacidade de processar a experiência social e traçar caminhos alternativos para o enfrentamento das situações problemáticas, sob diversificadas formas de coerção. Não sendo somente o simples resultado da posse de certas habilidades cognitivas, poderes persuasivos e formas de carisma, a noção de agência requer a organização de capacidades e a estratégica geração/manipulação da rede de relações sociais (LONG & PLOEG, 1994).

Os “domínios” são áreas da vida social que estão organizadas por referência a um núcleo central. Trata-se de espaços que possuem regras, normas e valores que implicam um grau de compromisso social e representam valores compartilhados pelos atores sociais. Como

¹² As redes sociais são compostas de um conjunto de relações e intercâmbios diretos e indiretos. Os “nós de rede” podem ser indivíduos ou grupos organizados. Essas são formadas no tempo com diferentes tipos voltados para fins particulares, por exemplo, uma rede de informações (LONG, 2001).

exemplos podem ser citados a família, o mercado, o Estado, os grupos, a produção e o consumo. Os domínios são essenciais no entendimento sobre ordenamento social, regulação, disputa de valores sociais, autoridade, poder e de como são criadas as fronteiras sociais e simbólicas (LONG, 2001).

Já “arena” pode ser interpretada como situação social na qual os atores sociais se confrontam entre si, mobilizam as relações sociais e utilizam discursos com finalidade de alcançar objetivos específicos. No processo que se dá nas arenas, os atores utilizam seus domínios particulares para apoiar seus interesses e disposições. Às arenas estão imbricados os elementos que constituem e habilitam as opções e os espaços de manobra dos atores sociais.

No campo das ciências sociais a condição de possibilidade para tornar o "debate público" um campo legítimo de investigação reside no resgate da argumentação como característica essencial de seu objeto de estudo (FUKS, 1997). Isso implica conceber a vida social e política como arena argumentativa, onde os partidos políticos, os grupos organizados e o governo participam de um permanente processo de debate.

Todo esse processo é sediado no “sistema de arenas públicas” (HILGARTNER e BOSK, 1988), onde estão em curso as atividades reivindicatórias de grupos, o trabalho da mídia, a criação de novas leis, a divulgação de descobertas científicas, os litígios e a definição de políticas públicas. Nota-se, portanto, que o sistema de arenas públicas constitui-se, simultaneamente, em espaço de ação e de debate (FUKS, 1998, p. 89).

Na análise de processos de desenvolvimento, principalmente nas intervenções que ocorrem em um conjunto de arenas entrelaçadas, a aplicação da noção de arena é muito interessante.

Cada projeto do ator, socialmente constituído, é articulado com projetos, interesses e perspectivas de outros atores individuais e coletivos dentro de um complexo de arenas entrelaçadas. Na construção dos projetos os atores lançam mão de estratégias na antecipação de ações de outros atores.

Partindo, então, do pressuposto que diferentes agricultores desenvolvem, ao longo do tempo, projetos e práticas específicas para a organização de sua atividade agrícola, muitas vezes esses projetos (os quais resultam em modelos de ação) são, de certo modo, respostas a outros projetos formulados, como, por exemplo, os projetos de desenvolvimento do Estado para a agropecuária ou o projeto de “modernização” da agricultura, centrado na especialização produtiva, na intensificação e no aumento de escala dos cultivos e criações, os quais são considerados como modelos universais.

Esses projetos entram em luta com o projeto dos agricultores dentro das arenas, configurando a noção de “articulação de projetos”, sendo nessa ação abandonadas as estratégias, os recursos, um repertório de discursos e os modos de argumentação na busca da hegemonia. Essa disputa entre projetos produz um gradiente de filiação às práticas sociais de cada projeto sendo um dos promotores da diversidade no rural, a qual pode ser visualizada em aglomerados de estilos específicos de agricultura, cada qual possuindo uma maneira específica de execução dos projetos dos agricultores.

Para Long & Ploeg (1994), os projetos dos agricultores não são simplesmente reações àqueles que são, à primeira vista, impostos por atores externos mais poderosos. Eles são ativamente gerenciados como respostas diferenciadas às estratégias e circunstâncias geradas por outros, as quais eles modificam, transformam, adotam ou até mesmo contrapõem quando necessário.

Os projetos e práticas dos agricultores e mediadores sociais podem se inter-relacionar de maneiras variadas – tanto nas conceituações que suportam os projetos como em sua aprovação. Através dessas inter-relações altamente variáveis, entre projetos que mediadores e intervencionistas manifestam, é que projetos particulares se tornam efetivos e múltiplas formas sociais são produzidas, reproduzidas e transformadas.

Em numerosos casos, as intervenções externas entram na vida dos indivíduos e grupos afetados, tornando-se assim parte dos recursos e restrições das estratégias sociais que esses grupos e indivíduos desenvolvem. Desta forma, os fatores externos se internalizam e geralmente significam coisas completamente diversas para diferentes

grupos de interesse ou para diferentes atores individuais, sejam eles executantes, clientes ou espectadores. Através deste ponto de vista presume-se que os projetos colocados em prática por agricultores familiares são construções alicerçadas pela diversidade de conhecimentos advindos dos próprios agricultores familiares (conhecimento local) e dos mediadores sociais (tecnociência).

Transformações de práticas e conhecimentos: a emergência das novidades

Uma “novidade” pode ser interpretada como uma modificação e, às vezes, uma alteração em rotinas existentes; pode significar uma modificação dentro de uma prática existente ou até mesmo consistir em uma nova prática. Deste modo, pode também ser um novo modo de fazer ou pensar, presumivelmente com potencial para promover melhorias nas rotinas existentes.

Gerar novidades não significa apenas relacionar prática à tecnologia. Esta geração pode estar relacionada à criação e consolidação de dispositivos coletivos e arranjos institucionais, bem como às formas de organização da produção. Na agricultura, por exemplo, os agricultores têm introduzido mudanças no processo de produção, utilizando, para isso, cuidadosas observações, interpretações, reorganizações e avaliações a cada instante.

Vale ressaltar que novidades e inovações possuem significados distintos. Ploeg *et al.* (2007) nos recordam que uma novidade está associada ao conhecimento local e, por isso, é altamente limitada ao contexto local, enquanto uma inovação é a expressão do conhecimento codificado, construída primeiramente em um mundo externo da produção, incorporado a um artefato que pode ser transposto de um local para outro.

Destaca-se que a ação dos atores merece atenção no nível micro, pois é onde se coadunam, além de práticas e técnicas, elementos sociais e culturais como um todo, os quais refletem diretamente em mudanças mais profundas para o desenvolvimento rural (MARQUES, 2009).

O social, o cultural e as técnicas no meio rural

Com relação ao peso do social e do cultural na adoção de técnicas e novidades pelas populações rurais locais, explicações podem ser procuradas, por um lado, na diversidade das práticas individuais e, por outro, na repartição desigual de certos conhecimentos dos grupos ou do conjunto de famílias de uma comunidade, por exemplo. Esta diferenciação do conhecimento local pode ser associada à transmissão de conhecimentos de geração para geração (com destaque para os técnicos sobre a produção agrícola) e às dificuldades de transgressão dessas normas.

Na maioria das vezes, ter acesso à informação não quer dizer, necessariamente, integrá-la ao seu sistema de produção, à sua estratégia familiar. De acordo com Sabourin (2001), a ação de desenvolvimento acontece em espaços marcados por lógicas e estratégias que têm um sentido social, cultural e econômico. Segundo Engel (apud SABOURIN, 2001), o mais importante não é o conhecimento, mas o processo de acesso ao conhecimento.

Vale destacar que o processo de acesso ou de integração de informações acontece, geralmente, por dois motivos: o peso da norma familiar ou social e a falta de recursos para investir em mudanças ou para enfrentar riscos.

As práticas e técnicas locais muitas vezes transformam-se, até mesmo por conta da pressão social dentro do próprio grupo ou comunidade onde se insere esta população local.

O peso dos elementos sociais, culturais e institucionais sobre os processos de transformação das práticas, desde a geração até a adoção, passando pela divulgação, reforça a necessidade de identificar e entender a especificidade das lógicas dos atores sociais, a dinâmica dos grupos, assim como a natureza e estrutura das redes de relações sociais e técnicas.

Tais espaços e redes são específicos e não são suficientes para promover rapidamente a adoção da inovação no sentido da sua apropriação. Funcionam segundo regras próprias, culturais, afetivas ou sagradas,

visto que não são apenas espaços ou relações puramente cognitivos, mas afetivos, além de que podem ser úteis e até determinantes para o manejo dos conhecimentos locais e da inovação rural.

O fato de ignorar ou utilizar espaços e redes tão específicos sem a qualificação necessária (o que acontece com numerosos projetos de desenvolvimento rural) pode levar, muitas vezes, a erros de estratégia ou de apreciação, ou até mesmo a perda de tempo e recursos (SABOURIN, 2001).

É interessante ressaltar que eventos, projetos e investimentos técnicos podem ser utilizados e reinterpretados pelas comunidades camponesas para produzir sociabilidade. Observam-se casos em que redes técnicas ou projetos produtivos são utilizados para ampliar relações sociais e criar mais oportunidades e espaços de sociabilidade. Algumas das infraestruturas produtivas (casa de farinha, garagem do trator, armazéns), assim como atividades (como dias de campo entre outros eventos), são, muitas vezes, aceitos ou procurados pela comunidade, sobretudo, mais como espaços para reencontro e conversa do que para palestra sobre algo específico.

Para Sabourin (2001), nestes casos, a produtividade dos projetos ou das tecnologias é subordinada à sua capacidade de fortalecimento das estruturas de reciprocidade. Em um caso ou em outro, não se deve confundir a natureza dos fluxos, da relação e, principalmente, do tipo de regulação ou de lógica.

Em busca de algumas respostas

A diversidade local em seu sentido mais amplo (econômico, social, cultural, entre outros) não tem permanecido limitada a casos remotos ou a contextos que resistiram, intencionalmente ou não, às forças “modernizadoras”.

Sem desconsiderar os aspectos negativos da modernização do espaço rural, neste trabalho se apresenta uma perspectiva para a qual, junto a tais tendências homogeneizantes, mantém-se uma significativa diferenciação local.

Através dos processos de mediação social, os agentes de desenvolvimento passam aos agricultores instrumentos para que estes possam reconstruir sua visão de mundo, porém, concomitantemente, passam a sua visão de mundo. Nesse processo de transferência de saber-fazer, novas tecnologias passam a ser adotadas pelos produtores, porém, no processo de sua implementação, estas tecnologias são retrabalhadas para serem adaptadas às estratégias produtivas e familiares e às características dos elementos naturais, segundo preferências valorativas e conhecimentos disponíveis. Estes são continuamente transformados.

As formas como os agricultores estruturam suas propriedades mostram um mosaico de práticas, conhecimentos, estratégias e interesses, que configuram diferentes estilos de agricultura por trás das aparências de uniformização.

Distintos processos de inovação e escolhas tecnológicas do nível local acumulam-se de tal forma que acabam por constituir-se em desenvolvimento tecnológico ao nível de sociedade.

Neste sentido, compreender melhor as dinâmicas ao nível micro (apesar de ter em mente que este não provocará sozinho mudanças no todo) se torna promissor, pois, nichos de inovação podem transformar o todo quando redes sociais adquirem tamanho necessário para ajustar-se a regras estáveis.

Vale à pena ressaltar que considerar neste nível o peso dos elementos sociais, culturais e institucionais sobre os processos de transformação das práticas, desde a geração até a adoção, passando pela divulgação, reforça a necessidade de identificar e entender a especificidade das lógicas dos atores sociais, a dinâmica dos grupos, assim como a natureza e estrutura das redes de relações sociotécnicas.

A perspectiva aqui proposta integra algumas análises que procuram, por um lado, desmistificar as práticas de desenvolvimento rural e, por outro, caracterizar os conhecimentos envolvidos nestes processos como heterogêneos, combinando elementos naturais, socioculturais e técnicos.

Em lugar da dicotomia entre o conhecimento tradicional e o moderno, ou entre o local e o científico-técnico, propõe-se a visualização de um espectro de conhecimentos heterogêneos resultantes de processos de

modificação, invenção e reapropriação de outros conhecimentos, num fluxo contínuo.

Por sua vez, o conhecimento transformado por meio das situações de interfaces proporcionadas pela ação da mediação social em projetos de desenvolvimento rural envolve diferentes possibilidades de combinações entre o conhecimento local e o científico.

Referências

ALMEIDA, J. & NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**. Porto Alegre. Editora da Universidade. UFRGS, 1997.

ARCE, Alberto; LONG, Norman. Reconfiguring modernity and development from an anthropological perspective. In: ARCE, A.; LONG, N. (Orgs.) **Anthropology, Development and Modernities**. Exploring discourses, counter-tendencies and violence. Routledge London, 2000. p.1-31.

DEPPONTI, C. M.; ALMEIDA, J. Sobre o processo de mediação social nos projetos de desenvolvimento: uma reflexão teórica. In: **III Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 2008, Campina Grande - PB. Anais do III Encontro da Rede Rural - tecendo o intercâmbio: diversidade e perspectivas do mundo rural no Brasil contemporâneo. Campina Grande - PB : Editora da UFCG, 2008. v. 1. p. 1-16. .

FONSECA, M.T.L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FUKS, M. **Arenas de ação e debate público**: os conflitos ambientais e a emergência do movimento ambientalista enquanto problema social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997. 197p. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GIDDENS, A. **The constitution of society**: an outline of the theory of structuration. UK: Cambridge, Polity Press, 1984.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília: Embrapa, v. 14, n. 3, set./dez., 1997, p. 411-448.

GUIVANT, J. S. Contribuições da Sociologia Ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 19, out., 2002, p. 72-88.

LONG, N. En búsqueda de un espacio para el cambio: Una perspectiva sobre la sociología del desarrollo. Tiempos de Ciência. **Revista de Difusión científica de la Universidad de Guadalajara**, abr- jun, 1988, p. 1-10.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London and New York: Routledge, 2001. 293 p.

LONG, N. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, El Colegio de San Luis. 2007. 504 p.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n.3/4, 1989.

LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. **Rethinking social development theory, research and practice**. England; Longman Scientific & Technical, 1994, p. 62-90.

MARQUES, F. C. **Velhos conhecimentos, novos desenvolvimentos: transições no regime sociotécnico da agricultura**. A produção de novidades entre agricultores produtores de plantas medicinais no Sul do Brasil. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NETO GRAZIANO, F. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 154p.

NEVES, Delma P. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, Delma P. (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 21-44.

OLIVEIRA, V. L. **A impossível simetria**: distinção, dependência e poder na relação entre agricultores e mediadores sociais. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado. 2004. 207 p.

PLOEG, J. D. van der.; BOUMA, J.; RIP, A.; RIJKENBERG, F. H, J.; VENTURA, F.; WISKERKE, J.S.C. On regimes, novelties, niches and co-production. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der (eds.). **Seeds of transition**: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Assen: Royal van Gorcum, 2004. p. 1-30.

PLOEG, J. D. van der.; OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. van. **Understanding novelty production**. Enlarging Theoretical Understanding of rural development. (ETUDE), 2007. Disponível em: [http://www.etuderd.eu/dynamic/media/1/files/Novelty_production-review_\(2\).doc](http://www.etuderd.eu/dynamic/media/1/files/Novelty_production-review_(2).doc) Acesso em: 20 de dezembro de 2009.

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 16, 2001, p. 37-61.

SARDAN, J. **Anthropologie et développement**: essais en socio-anthropologie du changement social. Paris, APAD-Karthala, 1995.

Artigo recebido para publicação em:

29 de março de 2010.

Artigo aceito para publicação em:

25 de janeiro de 2011.

Como citar este artigo:

MEDEIROS, Monique; MARQUES, Flávia Charão. “Interfaces e transformações de práticas e conhecimentos na agricultura: um ensaio bibliográfico sobre a emergência das novidades”. In: *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 5, n.1, p. 66- 90, 2011.